

Sumário

<i>Agradecimentos</i>	11
<i>Prefácio: E antes dos solas?</i> F. SOLANO PORTELA.....	13
<i>Apresentação: Razões para celebrar a Reforma e refletir sobre seu valor permanente</i> MARCEL VAN HATTEM.....	17
<i>Introdução</i>	23
Capítulo 1: Para onde caminha a igreja brasileira?.....	35
Capítulo 2: <i>Sola Scriptura</i> : o fundamento da fé cristã.....	43
Capítulo 3: <i>Solus Christus</i> : a centralidade da cruz de Cristo.....	83
Capítulo 4: <i>Sola gratia</i> : o artigo pelo qual a igreja se mantém de pé ou cai	111
Capítulo 5: <i>Sola fide</i> : o único meio pelo qual a graça é recebida.....	139
Capítulo 6: <i>Soli Deo gloria</i> : a paixão pela glória de Deus.....	163
Conclusão: Sendo sempre reformada.....	187
<i>Apêndice 1: Declaração de Cambridge</i>	193
<i>Apêndice 2: Hino da Reforma</i>	201
<i>Bibliografia</i>	203

PREFÁCIO

E antes dos *solas*?

O livro do Franklin é um pungente lembrete da atualidade da Reforma do século 16 e da necessidade de sua mensagem para os nossos dias. A natureza humana, sempre pródiga em acrescentar exigências e alternativas ao caminho da reconciliação com Deus, precisa render-se à profunda simplicidade doutrinária dos cinco *solas* (“somentes”, em latim). A Reforma é nada mais do que Deus trabalhando providencialmente na história, desenvolvendo seu plano soberano, articulando todas as nuances e todos os detalhes, de tal forma que esse grande avivamento espiritual pudesse ser compreendido e propagado ao redor do mundo, tanto por intelectuais de peso quanto por pessoas mais humildes e de educação mais básica.

O trabalho de Deus na história, fazendo-se presente bem antes da Reforma, revela o seu soberano poder. A Reforma do século 16 não surgiu num vácuo, mas a partir de condições preparadas por Deus. As condições políticas, sociais e religiosas clamavam por um movimento que reavivasse a igreja de Cristo. Durante a Idade Média, a Igreja Católica Romana controlava tudo na Europa, exercendo seu poder eclesiástico e controle político: indicava governantes, estabelecia impostos e, sempre que fosse conveniente, envolvia-se em guerras. O poder dos papas esteve, muitas vezes, acima do poder de reis e imperadores.

O século que precedeu a Reforma, porém, já viu certa redução desse poder. Reis poderosos começaram a desafiar o poder absoluto de Roma. O clamor por reforma passou a ser ouvido. Pré-reformadores como Jerônimo Savonarola começaram a aparecer. Os governantes foram se fortalecendo e, na véspera da Reforma, na Inglaterra, os reis Henrique VII e Henrique VIII tornaram-se mais poderosos do que quaisquer de seus antecessores. O mesmo ocorria com os reis da Espanha (Ferdinando e Isabel), de Portugal, da Dinamarca e da Alemanha.

Mais uma vez fica evidente que Deus reina soberano sobre a história. O poder político da Igreja Romana foi sendo esfacelado pouco a pouco pela providência divina. Esse enfraquecimento da Igreja Católica preparava o caminho para a Reforma e permitiu que governantes protegessem os reformadores. A imprensa, inventada por Johannes Gutenberg, e o papel, que surgiu na China no ano 200 e havia chegado na Europa no século 13, fizeram com que livros, antes caríssimos, ficassem disponíveis, entre os quais a própria Bíblia. Crescia o conhecimento. O Renascimento, iniciado no século 14, despertou o exame individual de várias questões, o que tomou o lugar de uma submissão cega à Igreja. As pessoas começaram a pesquisar mais, tomar suas próprias decisões e ter suas convicções.

Deus preparou o terreno também no aspecto socioeconômico. A Igreja Católica tornou-se mais ousada e menos criteriosa no levantamento de recursos, o que levou à venda das indulgências, fator que precipitaria a redação das *Noventa e cinco teses* de Lutero e sua afixação à porta da igreja de Wittenberg no dia 31 de outubro de 1517, há quinhentos anos. Deus cumpre a promessa de que as portas do inferno não impediriam a marcha vitoriosa da igreja (Mt 16.17,18).

Não poderíamos, portanto, ter ocasião mais propícia para relembrar a pertinência da Reforma e dos cinco *solas*. Enquanto celebramos a graça de Deus nesses quinhentos anos da Reforma que revolucionou o mundo com a avassaladora mensagem do Deus

soberano, do Cristo que reina e do Espírito Santo que regenera, não haveria ocasião melhor para vermos publicado este valioso livro. Que Deus abençoe os leitores e que Cristo seja glorificado com esta publicação.

F. SOLANO PORTELA,
diretor de operações da Educação Básica do Mackenzie,
presbítero da Igreja Presbiteriana do Brasil,
autor de várias obras e conferencista

APRESENTAÇÃO

Razões para celebrar a Reforma e refletir sobre seu valor permanente

Os quinhentos anos da Reforma, comemorados em 2017, são dignos de celebração. Mas também de muita reflexão. Franklin Ferreira, ao publicar este livro em um ano tão marcante, cumpre os dois propósitos. Em vez de focar na beleza mundana de um número redondo a representar meio milênio, centra seu texto na celebração propriamente dita e, a partir dessa oportunidade, sobre ela reflete: o que, exatamente, temos a celebrar? Que mensagem os reformadores ouviriam ser pregada hoje pelos que são (ou se consideram) seus seguidores? Eis perguntas que não podem ser respondidas superficialmente, como se fossem apenas acessórias às comemorações. Ao contrário: elas referem-se à própria razão de ser da nossa comemoração.

Franklin Ferreira traz para os nossos dias os temas que foram de importância central para a Reforma. Como luterano de berço, é uma honra e um privilégio poder apresentar esta obra. Enquanto lia o livro com atenção, ainda na sua fase de manuscrito, pude refletir sobre muitas nuances que, na prática diária da fé cristã, por vezes nos escapam. De fato, o 31 de Outubro serve para lembrar que é somente pela Palavra, por Cristo, pela graça, por meio da fé

e para a glória de Deus que se pode viver uma vida cristã plena. E isso vale para todos os cristãos, onde quer que vivam, seja qual for sua ocupação.

Como bem aponta o autor, temos um excesso de material bíblico contraposto a uma notável escassez de conhecimento bíblico. Muitas informações disponíveis sobre o conteúdo da Palavra são ignoradas ou mesmo distorcidas, o que faz com que nos afastemos da Escritura em relação a seu papel central para a prática da fé cristã, o que jamais deveria ocorrer. A Bíblia não é mera coletânea de bons conselhos, assim como Jesus não foi mero curandeiro, mestre, professor ou filósofo. A Escritura é a Palavra de Deus, e Cristo é o próprio Deus que vem em nosso benefício, é crucificado e ressuscita em favor do pecador. Entendê-la bem, evidentemente cientes das nossas limitações humanas, é nosso dever.

É bem apontada aqui a preocupação de como a cruz de Cristo vem triste e perigosamente deixando de ser um elemento central da fé cristã. A cruz é, na verdade, o símbolo mediador entre Deus e a humanidade. Mais do que isso: quando a cruz deixa de ser central à igreja, a instituição perde toda a sua razão de ser. Exemplo proeminente e triste — aliás, extremado, mas necessário para profunda reflexão — foi dado pela “igreja” alemã durante o período do nacional-socialismo, também retratado em outra obra do autor (*Contra a idolatria do Estado: o papel do cristão na política*): naquele cruel regime totalitário (como são, de resto, todos os regimes, incluindo-se aí o comunismo e o nacional-socialismo, nos quais o indivíduo tem suprimidas suas liberdades individuais — entre as quais a religiosa), a cruz foi substituída pela suástica até mesmo dentro de templos cristãos, numa clara referência ao que pode ocorrer quando a cruz perde de fato seu significado original.

Esta obra faz uma análise profunda da Reforma, demonstrando o que há de comum entre as diferentes — e verdadeiras — igrejas protestantes e deixando para outro momento ou outros autores o que há de doutrinariamente controvertido ou não resolvido entre elas. Trata-se de um texto escrito com a sensibilidade e

a consciência de, no momento da celebração e da reflexão, não ser hora de desagregar quem está congregado. A obra também revela a consciência de quem percebeu, ao longo das últimas décadas, quanto o diálogo interconfessional entre protestantes de diversos matizes poderia ter sido mais constante e mais preocupado em defender aquilo que confessamos em comum (sem, evidentemente, negligenciar a existência das naturais e defensáveis diferenças do ponto de vista teológico). Tivéssemos procedido assim e talvez o avanço dos que andam por caminhos teológicos tortuosos não teria sido tão preocupante.

Talvez, aliás, tal avanço pudesse ter se dado em outra direção, sobretudo rumo à preservação da beleza e da fidelidade ao significado original do termo “evangélico”, infelizmente tão desgastado a ponto de, proposital e mui frequentemente, ser suprimido quando comunicamos ao próximo a fé que professamos e a igreja em que comungamos. Eu mesmo, em meu currículo, menciono o fato de ter sido membro da diretoria da representação jovem da Igreja Evangélica Luterana do Brasil (IELB) no Rio Grande do Sul nos anos de 2005 e 2006. No entanto, em consulta ao meu currículo, nota-se que, ao explicar o significado da sigla JELG, coloco entre parênteses “Juventude Luterana Gaúcha”, omitindo propositalmente o termo “evangélico”. Este livro me faz ter a coragem de recolocar o termo tão bonito e profundo no meu currículo, malgrado seu desvirtuamento midiático que o faz, conseqüentemente, se também mal compreendido pela opinião pública. Eis um exemplo de motivação dada por esta obra para que na minha vida pessoal eu possa fazer mais por proclamar minha própria fé cristã por meio do que diz o evangelho — como, aliás, manda o próprio Salvador.

A fé, porém, não é um produto a ser vendido a consumidores. E nesse aspecto reside outro mérito deste livro, o qual nos lembra daquilo que já sabemos como leigos tanto quanto nos motiva a declará-lo abertamente: Por graça, Deus nos salva. Também de graça, sem interesse e sem mérito nenhum nisso, devemos proclamar

o evangelho de Cristo. Se não o fizermos, estaremos contribuindo, por omissão, para o crescimento da notável e deplorável exploração da fé alheia, da boa vontade e do desespero do próximo na busca por bens materiais e saúde emocional. Sempre é tempo de proclamar que nosso papel é levar nosso irmão a conhecer a verdadeira mensagem de Cristo, que nem de longe se resume a bem-estar terreno (muitas provações por que passamos, aliás, são a própria contradição dessa falsa premissa). Acima de tudo, o que está no plano material, a mensagem de Cristo, é em si fundamental para a alma humana e insubstituível para a sua salvação.

Aliás, a noção de salvação e perdição também se encontra claramente registrada nesta obra. São conceitos — e verdades bíblicas — tão subestimados por muitos leigos cristãos (quando não, lamentavelmente, por pastores), consequência da relativização filosófica no mundo de hoje. Entre outras formas, tal distorção está representada no politicamente correto e, também, na própria “flexibilização” da interpretação da Palavra de Deus e do conceito de verdade. Um mundo que tem muitas verdades não tem verdade nenhuma. Talvez, tal defesa duvidosa, confusa e recorrente de uma realidade com muitas “verdades” possa ser, justamente, utilizada a favor dos cristãos, à medida que líderes espirituais consigam, partindo dessa realidade que divide e dispersa os homens, chamar a atenção do indivíduo para a busca de uma — e única — “Verdade superior” na Palavra de Deus.

Finalmente, devemos constantemente recordar, nossa breve passagem terrena precisa ser agradável aos olhos de Deus. É para a sua glória que lemos a Palavra, que alcançamos graça para exercer nossa fé em Cristo — nunca, jamais para a nossa própria glória. Como deputado estadual, representante popular em uma democracia representativa, preciso lembrar a mim mesmo constantemente do meu papel em minha área de atuação e de que forma devo agir para agradar a Deus sendo exemplo de dedicação e atenção aos seus ensinamentos no âmbito parlamentar. Sem me deixar levar por nenhuma das cinco falsas visões apontadas por

Wayne Grudem em *Política de acordo com a Bíblia* — sobretudo as duas últimas: “cristãos devem evangelizar, não fazer política” e “cristãos, quando estão na política, não devem evangelizar” —, devo constantemente observar se o que faço no dia a dia corresponde àquilo que aguarda cada eleitor que a mim confiou seu voto e se corresponde àquilo que de mim demanda minha consciência e àquilo que preconiza a minha fé cristã.

“Pela graça, a igreja de Deus fica de pé ou cai”. Que a leitura que se segue possa, com a graça de Deus e sua infinita bondade, tocar o seu coração e o de muitos cristãos e não cristãos a fim de que celebremos, não esporadicamente, a cada lindo número redondo, mas diariamente, o significado e a efetiva razão de ser da Reforma para a Igreja de Cristo no mundo.

MARCEL VAN HATTEM,
bacharel em Relações Internacionais,
especialista em Direito, Economia e Democracia Constitucional,
mestre em Ciência Política, jornalista,
deputado estadual no Rio Grande do Sul e
membro da congregação São Miguel da
Igreja Evangélica Luterana do Brasil (IELB), em Dois Irmãos, RS

Introdução

Esta obra, lançada no quingentésimo aniversário da Reforma protestante, é um resumo dos temas centrais desse movimento, com base no estudo das cinco afirmações confessionais que são a substância da corrente principal da Reforma: somente a Escritura (*sola Scriptura*), somente Cristo (*solus Christus*), somente a graça (*sola gratia*), somente a fé (*sola fide*) e somente a glória de Deus (*soli Deo gloria*). Nosso objetivo não é oferecer um estudo detalhado da teologia dos reformadores, mas uma atualização dos temas principais da Reforma para o tempo presente. Para os interessados na história e na teologia do período, são recomendadas obras especializadas.¹

A Reforma começou em 31 de outubro de 1517, quando, segundo se conta, Martinho Lutero afixou o *Debate para o esclarecimento do valor das indulgências* na porta da Igreja do Castelo, em Wittenberg. E devemos ter em mente que Lutero alimentou um fogo que tinha se iniciado alguns séculos antes. Podemos dizer que a Reforma se encerrou em algum momento entre 1550 e 1600, ainda que seus efeitos continuem até os dias de hoje.

¹Sobre a história do período, cf. Patrick Collinson, *A Reforma* (Rio de Janeiro: Objetiva, 2006), Carter Lindberg, *As reformas na Europa* (São Leopoldo: Sinodal, 2001) e Michael Reeves, *A chama inextinguível* (Brasília: Monergismo, 2016). Sobre a teologia dos reformadores, cf. Henri Strohl, *O pensamento da Reforma* (São Paulo: ASTE, 2004) e Timothy George, *Teologia dos reformadores* (São Paulo: Vida Nova, 2010). Para uma bibliografia sobre o período, cf. Franklin Ferreira, *A igreja cristã na história* (São Paulo: Vida Nova, 2013), p. 159, 163, 167, 170, 173, 178 e 180.

Alguns acontecimentos importantes da época da Reforma

- 1517** Martinho Lutero afixa o *Debate para o esclarecimento do valor das indulgências* na porta da Igreja do Castelo, em Wittenberg.
- 1518** No debate de Heidelberg, Lutero propõe uma distinção entre *teologia da glória* e *teologia da cruz*.
- 1519** Em Leipzig, em debate com Johann Eck, Lutero nega a autoridade dos concílios.
- 1520** Lutero publica três livros importantes: *À nobreza cristã da nação alemã*, *Do cativo babilônico da igreja* e *Tratado sobre a liberdade cristã*; e queima a bula do papa.
- 1521** Dá-se a excomunhão de Lutero, que se recusa a negar suas crenças diante da Dieta de Worms.
- 1522** Lutero, no exílio em Wartburg, faz uma tradução do Novo Testamento para o alemão e, depois, volta para orientar a reforma em Wittenberg.
- 1523** Sob a pregação de Ulrico Zuínglio, a cidade de Zurique adere à Reforma.
- 1524** Camponeses insurgem-se na Alemanha.
- 1527** Henrique VIII, da Inglaterra, busca a anulação do casamento com Catarina de Aragão; o papa nega seu pedido; a Suécia adota a Reforma.
- 1529** A Dieta de Speyer declara a Reforma fora da lei; os príncipes evangélicos protestam (origem do nome “protestante”); Lutero e Zuínglio encontram-se em Marburgo, mas não concordam sobre a ceia do Senhor.
- 1530** A Dieta de Augsburg tenta reunir católicos e luteranos, mas fracassa.
- 1531** Zuínglio morre na batalha de Kappel.
- 1534** Henrique VIII declara a si mesmo cabeça da Igreja da Inglaterra; os anabatistas assumem controle de Münster, com resultados trágicos; Inácio de Loyola inicia a Sociedade de Jesus (os jesuítas).

- 1536** É publicada a primeira edição d'*As institutas da religião cristã*, de João Calvino; a Dinamarca e a Noruega adotam a Reforma.
- 1537** Meno Simons é ordenado ministro anabatista.
- 1541** Calvino, saindo de Estrasburgo, retorna a Genebra.
- 1545** Inicia-se o Concílio de Trento.
- 1546** Morte de Lutero.
- 1549** O *Livro de oração comum* é publicado na Inglaterra.
- 1555** Fim da guerra dos príncipes, com a Paz de Augsburgo: "Daquele de quem [é] a região [se siga] a religião" (*Cuius regio, eius religio*).
- 1559** O Ato de Uniformidade na Inglaterra estabelece a Igreja Anglicana como *via média* entre a fé católica e a reformada; John Knox volta para a Escócia.
- 1562** Deflagra-se a primeira guerra religiosa na França.
- 1564** Calvino morre.
- 1567** Inicia-se na Holanda a revolta contra a Espanha.

A Reforma não dividiu apenas a antiga fé cristã na Europa Ocidental. Ela cedo também se dividiu em pelo menos duas alas principais: a Reforma Magisterial, que aconteceu com o apoio do Estado, e a Reforma Radical, que aconteceu sem o apoio do Estado e muitas vezes foi perseguida por este. Associados à primeira estão três movimentos reformadores: os *evangélicos*, vinculados a Martinho Lutero, a Filipe Melâncton e a Martin Chemnitz; os *reformados*, influenciados por Ulrico Zuínglio, Martinho Bucer, João Calvino, João Knox, Henrique Bullinger e Gaspar Oleviano; e os *anglicanos*, guiados por Guilherme Tyndale, Tomás Cranmer e Guilherme Perkins. Os reformadores radicais, também conhecidos como anabatistas (*Wiedertäufer*, "rebatizadores"), subdividiram-se em *espiritualistas*, *apocalípticos* e *racionalistas*, mas o grupo que mais se destacou pode ser categorizado como "os irmãos". Entre os

principais líderes deste último movimento estão Conrado Grebel, Baltasar Hubmaier, Miguel Sattler e Meno Simons. Por fim, em 1545, a igreja católica convocou o Concílio de Trento, ocorrido na Itália, o que marcou o início da Contrarreforma, uma resposta à Reforma protestante. Entre os principais escritores católicos desse período estavam o Cardeal Caetano, João Colet, Gasparo Contarini, Inácio de Loyola, Erasmo de Roterdã e Nicolau de Lira.²

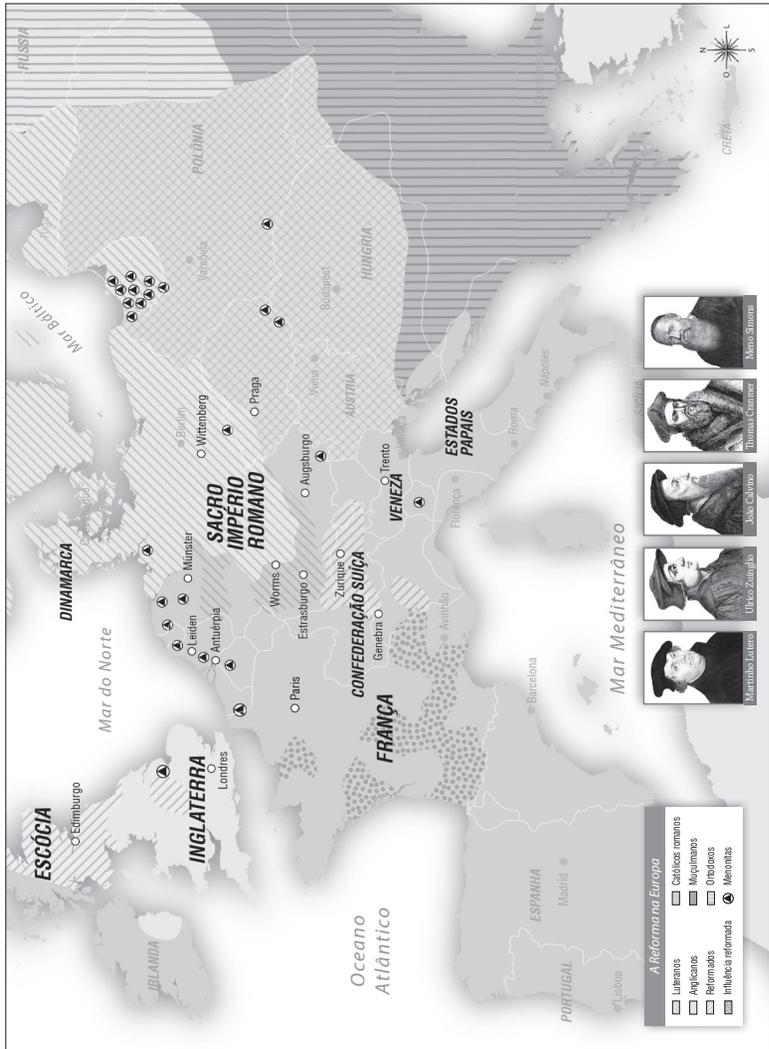
Como Karl Barth destacou, os reformadores luteranos e reformados reexpressaram “certas verdades cristãs caídas no esquecimento ou em semiesquecimento na igreja, vindo assim a restaurar a igreja”. São elas: “a Escritura sagrada como único testemunho de revelação real e competente de Deus”; o “pecado original [...], [que significa] inimizade com Deus e ódio contra nosso próximo [...], projetos e pretensões malignos [...], uma vontade não livre”; a “justificação da pessoa pecadora, exclusivamente pela fé” em Jesus Cristo, que é “Deus para nós na manjedoura de Belém e na cruz do Gólgota”; e a “eleição por graça [...] completamente imerecida e incompreensível”, baseada na “liberdade total de Deus”, o Senhor.³ Ainda que tal esboço seja útil, nesta obra concentraremos a atenção no pensamento e na influência dos reformadores conforme resumidos nos cinco lemas: *somente a Escritura, somente Cristo, somente a graça, somente a fé e somente a glória de Deus* — os quais, de certa forma, cobrem toda a lista proposta por Barth.

A influência luterana se espalhou pela Alemanha e por partes da Holanda, Suécia, Dinamarca e Noruega. A influência reformada se

²Muitas das exposições bíblicas desses reformadores podem ser encontradas na excelente série *Comentário bíblico da Reforma*, organizada por Timothy George e Scott M. Manetsch. Até o presente momento foram lançados *Gênesis 1—11* (São Paulo: Cultura Cristã, 2015), *Ezequiel e Daniel* (São Paulo: Cultura Cristã, 2014), *João 1—12* (São Paulo: Cultura Cristã, 2015), *Gálatas e Efésios* (São Paulo: Cultura Cristã, 2013) e *Filipenses e Colossenses* (São Paulo: Cultura Cristã, 2015). Para biografia e bibliografia específicas, incluindo fontes primárias, de Martinho Lutero, Ulrico Zuínglio, Guilherme Tyndale, Filipe Melâncton e João Calvino, cf. Franklin Ferreira, *Servos de Deus: espiritualidade e teologia na história da igreja* (São José dos Campos: Fiel, 2014), passim.

³Karl Barth, “Reforma é decisão”, in: Walter Altmann, org., *Karl Barth: dádiva e louvor: artigos selecionados* (São Leopoldo: Sinodal/EST, 2006), p. 168-75.

difundiu pela Suíça, França, Holanda, Alemanha, Hungria, Polônia, Inglaterra e Escócia. Foram os reformados franceses que realizaram o primeiro culto evangélico em terras brasileiras, em 10 de março de 1557. A influência anglicana ficou restrita à Inglaterra, e a anabatista chegou a partes da Holanda, Suíça, Alemanha, Áustria e Polônia.



Lutero ficou desconcertado quando soube que os primeiros protestantes na Inglaterra e na França, não menos que os da Alemanha, estavam sendo chamados por seus oponentes católicos de “luteranos”.

Em primeiro lugar, peço que se omita meu nome e não se chame luterano, mas cristão. Quem é Lutero? A doutrina não é minha. Tampouco fui crucificado em favor de alguém. Em 1Coríntios 3.4,5, Paulo não quer que os cristãos se chamem de paulinos ou petrinus, mas cristãos. Que pretensão seria essa de um miserável e fedorento saco de vermes como eu se quisesse que os filhos de Cristo fossem chamados por seu desastrado nome? Que não seja assim, amigo. Vamos extirpar as siglas partidárias e nos chamar de cristãos, de quem temos a doutrina. Os papistas apropriadamente têm nome de partido. Já que querem ser papistas, que sejam do papa, que é seu mestre. De minha parte, não sou nem quero ser mestre de ninguém. Junto com a comunidade, comungo da única universal doutrina de Cristo, que é nosso Mestre exclusivo. Mateus 23.8.⁴

Os seguidores de Lutero se viam como evangélicos comprometidos com um programa de reforma teológica e educacional da igreja e da sociedade. O que almejavam era ser tão somente uma igreja evangélica (*Evangelisch Kirchen*).

A expressão “calvinismo” foi introduzida em 1552 pelo pastor luterano Joachim Westphal, de Hamburgo, para referir-se aos conceitos teológicos dos reformadores suíços influenciados por João Calvino. E então, como McGrath frisa, “depois de sua introdução, rapidamente o termo passou a ser de uso geral dentro da igreja luterana”. Ele ainda diz que “a introdução do termo ‘calvinismo’

⁴Martinho Lutero, “Exortação aos cristãos para se precaverem de convulsão e rebeldia”, *Obras selecionadas*, Fundamentação da ética política (São Leopoldo/Porto Alegre: Sinodal/Concórdia, 1996), v. 6, p. 481. Essa obra foi escrita em fins de 1521 e publicada no início de 1522.

parece, portanto, ter sido uma tentativa de estigmatizar a teologia reformada, caracterizando-a como uma influência estrangeira na Alemanha”. Calvino ficou espantado com essa tentativa de “desacreditar a fé reformada”⁵ e, no comentário do profeta Jeremias, em sua epístola dedicada ao eleitor palatino Frederico III, escreveu:

Assim, embora ao apresentar o calvinismo eles se esforcem por afixar a Vossa Alteza alguma marca de infâmia, não fazem mais do que trair a própria perversidade, bem como a tolice e a falta de misericórdia. Mas, se julgam lograr algo entre os que são como eles, já minha voz, ao proferir os teus justos louvores, será, espero eu, socorrida pelos piedosos e mais bem instruídos, assim como pelos homens de mente tranqüila e são juízo.⁶

Como Karl Barth afirmou, “calvinismo’ é um conceito que devemos aos historiadores modernos. Quando o usarmos, tenhamos a certeza de que as igrejas reformadas do século 16, do século 17 e mesmo do século 18 jamais se denominaram ‘calvinistas’”.⁷ Assim, de acordo com McGrath, “dadas essas associações polêmicas originais do termo ‘calvinista’, parece ser mais apropriado [...] usar [...] o termo ‘reformado’”.⁸

Mas o que é “Reforma” afinal? A palavra é uma tradução do termo latino *reformatio* e, de acordo com Patrick Collinson, carrega a noção de “rejeição de novidades, que eram as graves distorções da verdade cristã que passaram por verdades em séculos mais recentes

⁵Alister E. McGrath, *Origens intelectuais da Reforma* (São Paulo: Cultura Cristã, 2007), p. 15-7; idem, *O pensamento da Reforma* (São Paulo: Cultura Cristã, 2014), p. 23-6.

⁶Cf. João Calvino, “Calvin’s dedication”, in: *Commentary on Jeremiah and Lamentations*, disponível em: <https://www.ccel.org/ccel/calvin/calcom17.vii.html>. A epístola é datada em 23 de julho de 1563.

⁷Karl Barth, “Introduction”, in: Charles Gagnebin, org., *Calvin: Textes choisis* (Paris: Egloff, 1948), p. 10, citado em Hermisten Maia, *Fundamentos da teologia reformada* (São Paulo: Mundo Cristão, 2007), p. 9.

⁸Alister E. McGrath, *O pensamento da Reforma*, p. 26.

e que conhecemos como catolicismo medieval”. Já no século 15, os cristãos ocidentais falavam de reforma, “termo frequentemente encontrado na fórmula ‘reforma da Igreja, de sua cabeça e seus membros’ e nesse nível acreditava-se que o objetivo da reforma deveria ser todo o corpo da igreja, porém mais especialmente as camadas mais elevadas”.⁹

Mas a Reforma do século 16 foi diferente das tentativas anteriores. Carl Trueman oferece a seguinte definição: “a Reforma é a tentativa de colocar Deus, como ele se revelou em Cristo, no centro da vida e do pensamento da igreja”.¹⁰

Portanto, em que pesem as questões políticas, sociais, culturais e econômicas, o que marca significativa mudança de ênfase em relação a outros movimentos de reforma medievais é que o movimento do século 16 tinha uma clara preocupação com a doutrina conforme afirmada na Escritura Sagrada.

Desse modo, como Philip Watson argumenta, a Reforma não foi apenas um protesto contra as degradações “religiosas e práticas” da igreja medieval, mas fundamentalmente um ataque contra a “doutrina” corrompida e não apenas a “vida” corrompida atacada por reformadores anteriores. A Reforma do século 16 foi uma contenda a favor da doutrina correta.¹¹ Como Lutero afirmou:

Não estou preocupado com a vida, mas com as doutrinas. A vida má não causa grande dano a não ser a si mesma, mas o ensinamento errado é o maior mal neste mundo, porque leva multidões de almas ao inferno. Não estou preocupado se és bom ou mau, mas atacarei teu ensinamento venenoso e mentiroso que contradiz a Palavra de Deus.¹²

⁹Patrick Collinson, *A Reforma*, p. 32, 37.

¹⁰Carl R. Trueman, *Reforma ontem, hoje e amanhã* (Recife: Os Puritanos/CLIRE, 2013), p. 19.

¹¹Philip S. Watson, *Deixa Deus ser Deus: uma interpretação da teologia de Martinho Lutero* (Canoas: ULBRA, 2005), p. 25-32.

¹²*Works of Martin Luther*, v. 3, p. 299, citado em Philip S. Watson, *Deixa Deus ser Deus*, p. 27. Cf a mesma ênfase em Dietrich Bonhoeffer, *Discipulado* (São Leopoldo:

A questão em debate durante a Reforma, portanto, não foi tanto a respeito da doutrina acerca da Bíblia — ambos os lados criam em sua inspiração e inerrância —, mas, sim, a respeito da doutrina bíblica, sendo central a doutrina da justificação: “A questão em debate é antes o verdadeiro significado do termo ‘graça’ — e o mesmo pode ser dito também da fé —, que [...] [os reformadores

Sinodal, 2004), p. 194-5: “A *disciplina doutrinária* é distinta da *disciplina eclesiástica* da seguinte forma: esta é consequência da sã doutrina, o que vale dizer, do uso correto do Evangelho, enquanto aquela se dirige expressamente contra o abuso da doutrina. Por doutrina falsa se deteriora a fonte da vida da igreja e da disciplina eclesiástica. Por isso, pesa mais o pecado contra a doutrina que o pecado contra a disciplina cristã. Quem rouba da igreja o Evangelho merece condenação irrestrita; quem, porém, peca em sua conduta, para esse existe o Evangelho. Disciplina doutrinária refere-se, em primeiro lugar, aos ministros encarregados de ensinar o Evangelho na igreja. Condição prévia para tanto é que, para o exercício do ofício, haja o cuidado de que o responsável pelo ofício seja *didaktikós*, ‘apto para ensinar’ (1Tm 3.2; 2Tm 2.24; Tt 1.9), ‘também idôneo para instruir a outros’ (2Tm 2.2), que a ninguém se imponha as mãos precipitadamente, porque a culpa cairá sobre quem o ordenou (1Tm 5.22). A disciplina doutrinária, porém, não termina com a ordenação ao ministério, mas tem aí apenas o seu início. Mesmo o ministro aprovado — Timóteo — tem necessidade de ser continuamente admoestado a permanecer na reta e sã doutrina. O que se recomenda especialmente a ele é a leitura das Escrituras. O perigo de se desviar é demasiado grande (2Tm 3.10; 3.14; 4.2,15; 1Tm 4.13,16; Tt 1.9; 3.8). A isso deve se acrescentar a vida exemplar: ‘Tem cuidado de ti mesmo e da doutrina’ (1Tm 4.13ss; At 20.18). Ser admoestado à castidade, humildade, imparcialidade, dedicação não é vergonhoso para Timóteo. Assim, a disciplina em relação aos responsáveis pelo ofício precede toda disciplina em relação à igreja. É dever do ministro propagar, na igreja, a reta doutrina e combater qualquer perversão. Onde se instalam heresias evidentes, o ministro ordenará que ‘não ensinem outra doutrina’ (1Tm 1.3), pois ele é portador do ministério da doutrina e tem direito de ordenar. Além disso, deverá evitar contendas de palavras (2Tm 2.14). Se for comprovada a heresia, admoeste-se o herege primeira e segunda vez; se não ouvir, rompa-se a comunhão com ele (Tt 3.10; 1Tm 6.4s.), pois ele seduz a igreja (2Tm 3.6s.). ‘Quem não permanece na doutrina de Cristo, este tal não tem Deus’. A esse falso pregador negam, inclusive, a hospitalidade e a saudação fraternal (2Jo 9ss.). No herege se nos depara o Anticristo. Não o pecador contra a disciplina da vida cristã, mas exclusivamente o herege é denominado Anticristo. O anátema de Gálatas 1.9 dirige-se exclusivamente contra o herege. A respeito da relação entre disciplina eclesiástica e disciplina doutrinária diga-se o seguinte: não há disciplina eclesiástica se não houver disciplina doutrinária. Não há, todavia, disciplina doutrinária que não leve à disciplina eclesiástica. O apóstolo Paulo acusa os cristãos coríntios de provocarem cismas em sua soberba sem exercerem disciplina eclesiástica (1Co 5.2). Essa separação de doutrina e conduta cristã é impossível”.

consideravam] numa luz e ponto de vista diferente de seus oponentes [católicos]”. Portanto, a base definitiva sobre a qual os reformadores fundamentaram sua inteira crítica da teologia e piedade católica medieval foi a glória de Deus (*soli Deo gloria*), e isso fica evidente quando afirmam sem ambiguidade alguma que “toda a religião do papado [...] rouba a glória a Deus que é apropriadamente dele e dele somente”.¹³

Uma última palavra. É importante notar que as cinco afirmações que serão expostas neste livro só foram articuladas sistematicamente em meados do século 20. Todos os cinco *solae* apareceram nos vários escritos dos reformadores, mas não chegaram a ser arrolados todos juntos. Em 1916, Theodore Engelder tratou conjuntamente, pela primeira vez, os temas “somente a Escritura” (*sola Scriptura*), “somente a graça” (*sola gratia*) e “somente a fé” (*sola fides*). Em 1934, Emil Brunner mencionou *sola gratia*, *sola fide* e *soli Deo gloria*. Mais tarde, em 1962, ao comentar o sistema teológico de Karl Barth, Brunner mencionou *sola gratia*, *Christus solus* e *soli Deo gloria*. Nas duas ocasiões, não mencionou o princípio *sola Scriptura*. Em 1990, E. G. Rupp, ao resumir a obra de João Calvino, escreveu que ele havia “unido” as “grandes palavras de ordem” da Reforma, listando *sola fide* junto com *sola gratia*, seguidas por *sola Scriptura* e *soli Deo gloria*.¹⁴

O leitor notará que, ao final de cada tópico, será mencionado um documento chamado *Declaração de Cambridge* (*The Cambridge*

¹³Philip S. Watson, *Deixa Deus ser Deus*, p. 29, 32.

¹⁴“Five *solae*”, disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/Five_solae. As obras mencionadas são: Theodore Engelder, “The three principles of the Reformation: *sola Scriptura*, *sola gratia*, *sola fides*”, in: W. H. T. Dau, org., *Four hundred years: commemorative essays on the Reformation of dr. Martin Luther and its blessed Results* (St. Louis: Concordia, 1916), p. 97-109; Emil Brunner, *The Mediator: a study of the central doctrine of the Christian faith* (Cambridge: Lutterworth, 1934), p. 295; *Dogmatics* (Cambridge: James Clark, 2002), vol. 3: *The Christian doctrine of the church, faith & the consummation*, p. 221; E. G. Rupp, “The Reformation in Zurich, Strassburg and Geneva”, in: G. R. Elton, org., *The New Cambridge modern history* (Cambridge: Cambridge University Press, 1990), vol. 2: *The Reformation, 1520-1559*, p. 117; Johan Baptiste Metz, *The church and the world*, p. 143.

declaration).¹⁵ Essa declaração é resultado de uma reunião de aproximadamente 100 delegados eclesiais, batistas, luteranos e presbiterianos, convocada pela Aliança de Evangélicos Confessionais e realizada em Cambridge, Massachusetts, nos Estados Unidos, de 17 a 20 de abril de 1996. Os principais autores da declaração foram David Wells e Michael Horton. A declaração é um chamado à igreja para que se arrependa de seu mundanismo e recobre a confissão das doutrinas evangélicas essenciais, pois somente elas capacitam a igreja e proporcionam integridade ao seu testemunho. É uma declaração muito importante para a fé cristã, merecendo maior circulação e podendo ser encontrada na íntegra no “Apêndice 1”.

Espero tornar claro ao leitor, à medida que apresento argumentos, que cada um dos cinco lemas é por um lado um resumo fiel da tradição da Reforma, mas por outro está calcado e baseado na Sagrada Escritura. Ao final de cada capítulo, serão mencionadas as afirmações (*affirmationes*) e negações (*damnationes*) dessa declaração, as quais ratificam as cinco declarações expostas nesta obra para a igreja contemporânea.¹⁶

O leitor encontra no “Apêndice 2” o “Hino da Reforma”, com letra e música de Bob Kauflin e Chris Anderson. Esse hino, composto recentemente, oferece um resumo dos importantes ensinamentos bíblicos redescobertos pelos reformadores do século 16, os quais serão expostos nessa obra. Trata-se, assim, de um ótimo recurso para lembrarmos e celebrarmos o aniversário dos quinhentos anos da Reforma protestante.

Enquanto comemoramos os quinhentos anos da Reforma protestante do século 16, nesse tempo de tantas mudanças, em

¹⁵James Montgomery Boice; Benjamin E. Sasse, orgs., *Reforma hoje: uma convocação feita pelos evangélicos confessionais* (São Paulo: Cultura Cristã, 1999).

¹⁶Sobre o emprego de *damnatio* nas seis teses da *Declaração teológica de Barmen*, que corresponde a *anathema* (ἀνάθεμα) em grego, cf. Mathew D. Hockenok, *A church divided: German Protestants confront the Nazi past* (Bloomington: Indiana University Press, 2004), p. 24.

que parecemos contemplar os estertores de uma civilização, devemos afirmar nossa confiança quanto ao triunfo da causa de Cristo Jesus, encarnado, morto, ressurreto e assunto aos céus, nosso único Senhor e Salvador.

Assim, é oportuno encerrar citando um trecho de uma correspondência do reformador da cidade de Genebra, João Calvino, ao imperador do Sacro Império Romano-Germânico, Carlos V:

A reforma da igreja é obra de Deus e tão independente de esperanças e opiniões humanas quanto a ressurreição dos mortos ou qualquer milagre dessa espécie. Portanto, no que tange à possibilidade de fazer algo em favor dela, não se pode ficar esperando pela boa vontade das pessoas ou pela alteração das circunstâncias da época, mas é preciso irromper por entre o desespero. Deus quer que seu evangelho seja pregado. Vamos obedecer a esse mandamento, vamos para onde ele nos chama! O sucesso não é da nossa conta.¹⁷

¹⁷Escrito para Carlos V, em 1543, CR VI, p. 510 s., citado em Karl Barth, “Reforma é decisão”, p. 179-80.

CAPÍTULO 1

Para onde caminha a igreja brasileira?

Vivemos uma época em que os debates teológicos ocorrem com frequência cada vez maior e de modo bastante acirrado. Os tempos modernos e a natureza das discussões sobre o tema parecem ilustrar bem o alerta clarividente de Grant R. Osborne:

Não sabemos ao certo como determinar um dogma, especialmente como obtê-lo a partir das Escrituras; e não sabemos como distinguir doutrinas centrais daquelas doutrinas sobre as quais devemos concordar em discordar. Existem mais caçadores de heresias por aí do que jamais existiu na história recente, e ainda assim existe menos consciência teológica na maioria das igrejas do que em qualquer outro período do último século. É uma dicotomia estranha — temos mais material sobre a Bíblia e a teologia do que nunca, mais interesse em estudos bíblicos, e ainda assim temos menos conhecimento da Bíblia e de teologia.¹

Um dos fatores que caracterizam esses debates é a falta de referência à Escritura. Isso é algo que, de fato, me espanta. Alguns

¹Grant R. Osborne, *3 perguntas cruciais sobre a Bíblia* (São Paulo: Vida Nova, 2014), p. 164.